

Considerações Acerca da Paisagem Urbana da Cidade de Maringá – Paraná

Prof. Ms. Carlos Alberto Mororó Silva ¹
Prof. Dr. Carlos Loch ²

¹ UEM – Depto. De Fundamentos da Educação
87.020-900 Maringá Pr
UFSC – Doutorado em Eng. De Produção e Sistemas
88.056-750 Florianópolis Sc
camsilva@uem.br

² UFSC - Depto de Engenharia Civil
88.040-900 Florianópolis Sc
loch@ecv.ufsc.br

RESUMO : A cidade de Maringá se desenvolveu como um espaço urbano representado socialmente como ecológico. Nesta investigação, pretendeu-se estabelecer comparações entre as paisagens iniciais da cidade – paisagem natural – árvores, parques, praças – e a paisagem construída – edificações, ruas e as paisagens atuais enfatizando os problemas ambientais e sociais desde 10 de maio de 1947, data de sua fundação. Pode-se afirmar, então, que nos 58 anos de cidade, a paisagem natural de Maringá transformou-se radicalmente, mas a cidade mantém seu discurso ecológico. Mantém, também, a segregação espacial de suas classes, tal como preconizava seu projeto inicial, mas com aprofundamento dos problemas sociais. O grande embate dos ambientalistas é com o setor empresarial que ignora as leis ambientais.

Palavras-chave: paisagem urbana; planejamento urbano; plano diretor; cidade-jardim; cidade; paisagem natural, arborização urbana,

ABSTRACT : Maringá city has been developed as an urban space socially represented as ecologic. In this study it was intended to establish a comparison between the initial landscape of the city – natural landscape – trees, gardens, squares – and the building landscape – edifying, streets and actual landscape, emphasizing the social and environment problems since May, 1974, date of its foundation. . It is possible to affirm that in the 58 years of existence of the city, the natural landscape of Maringá has radically changed, but the city maintains its ecologic argument. It also maintains the space segregation of its classes such as it has been preconized in its initial project, but with social problems deepening. The big opposition of the environmentalist is related with the entrepreneurs sector, which ignores the environmental laws.

Keywords: urban landscape; urban planning; director plan; garden-city; natural landscape; urban arborization.

INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado, faz parte da tese de doutoramento, apresentada no programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, sob. Orientação do Prof. Dr Carlos Loch.

Nos quinhentos anos de expansão e existência do território brasileiro, o século XX representa, sem dúvida, o período histórico em que houve a maior transformação territorial. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000), no ano de 1900, a população urbana no país era de apenas 9,40%; em 2000, este quadro passou a ser de 81,23%. É claro que, ao lado dessas mudanças, também ocorreu uma transformação econômica, política, social e cultural.

Os dados do IBGE, de 2000, mostram que a transformação no país foi acelerada na década de 70 a 90, pela expansão da economia favorecida pelo processo de industrialização. Nesse processo, as áreas urbanas passaram a ser o centro e a convergência para a ascensão econômica e social da população. Por outro lado, essas áreas foram ocupadas de maneira desordenada e sem a preocupação do poder público com a implantação de infra-estrutura, necessária principalmente em saneamento básico, e na preservação da natureza. Sabe-se que as áreas ambientalmente frágeis como, por exemplo, áreas de encostas, fundos de vale, alagadiças, e de mananciais foram ocupadas, inclusive, com a convivência do poder público.

Com a desaceleração da economia a partir de 90 do século XX, a situação nas áreas urbanas piorou muito. Ao lado de problemas sociais relacionados à ausência de infra-estrutura adequada, surgiram os impactos ambientais que, juntos, formaram o que se pode chamar de degradação socio-ambiental. Desta forma, a maior parte das cidades brasileiras apresenta hoje, no século XXI, o espaço urbano dividido em duas áreas; uma, com a população economicamente abastada, vivendo com infra-estrutura urbana satisfatória, e outra, a população de baixa renda, vivendo em áreas com maior densidade populacional, sem infra-estrutura e, muitas vezes, estabelecidas em áreas ambientalmente frágeis.

Este quadro social e territorial, tão comum entre as cidades brasileiras¹, é demonstrado em muitos estudos que tentam apontar indicadores para solucionar problemas de muitas populações como: enchentes, esgotos a céu aberto, erosão, poluição de águas etc. Quase todos os estudos indicam a necessidade de implementação de medidas governamentais para melhorar as condições do espaço urbano e de seus habitantes, tal como se observa no recém lançado Estatuto da Cidade.

Este texto tem a perspectiva de abordar estes problemas comuns pelos quais passaram as cidades brasileiras. Neste caso, optou-se por analisar a paisagem urbana da cidade de Maringá, localizada na região norte do Estado do Paraná – Brasil. Pretendeu-se estabelecer comparações entre as paisagens iniciais da cidade: paisagem natural – árvores, parques, praças – e a paisagem construída – edificações, ruas – e a paisagem atual, enfatizando-se os problemas ambientais e sociais. Assim, investigar a paisagem urbana desta cidade significou reconstruir uma parte de sua trajetória ao longo de uma história iniciada oficialmente em 10 de maio de 1947.

1 - A ORIGEM DA CIDADE DE MARINGÁ

A proposta contínua de acordar um traçado arquitetônico moderno do sítio urbano com a natureza – ou com o que sobrou dela na região – foi o princípio estabelecido pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná – CMNP que resultou na criação de uma cidade inspirada no modelo da cidade-jardim de Ebenezer Howard.

Mas a CMNP não se limitou à criação da cidade de Maringá também atuou na ocupação da região, pois *“foram implementados 62 núcleos urbanos classificados em patrimônio (9), distritos (18), sede de municípios (23), e sedes de município com sedes de comarcas (12), afóra outros 48 núcleos urbanos implementados por particulares nas terras da Companhia”* (REGO et al., 2004, p.142).

Os núcleos urbanos destinados a se transformar em sedes locais obedeceriam a uma distância de aproximadamente cem quilômetros entre si, intercalados pelos chamados patrimônios, que seriam

1 Ver o estudo de BREMAEKER, François E. *O papel do município na política habitacional*. Rio de Janeiro: Sereis Estudos Especiais n.32, IBAMA, junho de 2001, no qual o autor faz um levantamento com bases dos dados apresentados pelo IBGE, da favelização das cidades brasileiras.

pequenos centros comerciais e abastecedores. Neste sentido, a CMNP fundou quatro núcleos na região norte e oeste do Paraná: Londrina (1930-1934), Maringá (1947-1951), Cianorte (1953-1955) e Umuarama (1955-1960) (CMNP, 1975).

Rego et al. (2004) afirma que essas quatro cidades tiveram independência em seu traçado. Apenas a cidade de Maringá e Cianorte, por ter Jorge de Macedo Vieira por engenheiro responsável receberam influência do modelo de cidade-jardim, principalmente Maringá, que teve um projeto mais elaborado.

Não se pode afirmar, categoricamente, que a cidade de Maringá, efetivamente, tenha sido uma cidade-jardim, tal qual pensara Howard. Por sinal, nenhuma cidade implantada em vários países, objetivamente, seguiu a risca à proposta de Howard, mas não resta dúvida que seu projeto foi inspiração para vários arquitetos e engenheiros urbanos. Estudos sobre a cidade de Maringá como os de Rego (2001), Paula (1998), que pontuam as diferenças entre o projeto arquitetônico de Maringá executado pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira e o de Ebenezer Howard.

Analisando algumas dessas contendas, pode-se afirmar que uma das destinações essenciais está na espacialização dos núcleos urbanos. Para o urbanista inglês, a cidade-jardim teria um traçado circular e, em sua órbita, mais seis outros pequenos núcleos urbanos.

O projeto estabelecido por Vieira obedecia a um traçado linear leste/oeste, acompanhando o espigão do relevo e o trajeto da ferrovia. E, conforme, os planos da Companhia como se viu, a implantação dos sítios urbanos acompanhava o traçado da linha férrea na distribuição linear das cidades. Tal dispersão espacial fazia sentido para a Companhia, pois era um facilitador no escoamento da produção do café, tanto para o Porto de Paranaguá, como para o Porto de Santos, via Ourinhos-SP.

Um outro diferencial está na sua concepção utilitária da cidade-jardim, pois a proposta de Howard era de uma alternativa para desafogar a cidade de Londres, congestionada por uma super população. No caso da região norte do Paraná, esse problema não existia, pelo contrário, a Companhia gera, como se verá, uma intensa propaganda da fertilidade do solo, da oportunidade de enriquecimento, e da qualidade do sítio urbano, como forma de atrair uma população fixa de moradores, investidores, e de trabalhadores sazonais no plantio e colheita do café, principal produto da época. A concepção político-administrativa da cidade-jardim, segundo Howard, seria de uma gestão autônoma e comunitária e, no caso de Maringá, esta se dá no plano político-administrativo vigente no Brasil.

2 - MARINGÁ: SUA GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ECONOMIA

Maringá situa-se no Brasil, na Região Noroeste do Estado do Paraná, em torno do ponto 230 25' de latitude Sul e 510 25' de longitude Oeste, com uma superfície total de 486,527km², com uma área urbana de 128km², representando 26,31% da área total. Com uma altitude média de 545m sobre o nível do mar, encontra-se na região fisiográfica chamada de Terceiro Planalto Paranaense. O relevo da região é predominantemente suave-ondulado, com grandes extensões de baixa declividade, e declividade mais acentuada nos fundos de vale (MAACK, 1981).

Dados da EMBRAPA/IAPAR (1984) indicam o solo da cidade de Maringá como do tipo *Latossoilo Roxo Distrófico A Moderado*, com boa permeabilidade e elevada capacidade de retenção de água. Seu território é banhado pela bacia hidrográfica do rio Ivai, ao sul, e a bacia do rio Pirapó, ao norte; este último abastece a cidade. Seu clima é o Subtropical Úmido Mesotérmico, com verão quente e inverno ameno, concentração de chuvas no verão e sem estação de seca definida, com precipitação média anual entre 1.500 a 1.600mm. A temperatura média anual fica entre 20° e 21°C, sendo que as temperaturas mais baixas anualmente encontram entre 14° e 15°C e as máximas entre 27° e 28°C.

Quanto à sua história, a fundação de Maringá ocorreu em 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari, cidade ao lado de Maringá. Em 14 de fevereiro de 1951 foi elevada a Município pela Lei n.790. Em seu núcleo inicial, dois fatores impulsionaram a sua fundação: a estrada de ferro e a cultura do café. A cultura do café teve seu período áureo nas décadas de 50 e 60 e favoreceu o crescimento vertiginoso inicial que, mesmo após o declínio econômico do café em meados dos anos 60. As décadas de 70 e 80, manteve a cidade como pólo migratório, diversificando sua economia em comércio, serviços, agroindústria e cultura de grãos. Nestas décadas de 70 e 80, a cidade se verticalizou, constituindo um cinturão central de edifícios, favorecendo o desenvolvimento econômico e ao aumento populacional.

Também na década de 70, foi criada a Universidade Estadual de Maringá – UEM, pólo científico cultural da

região, que hoje conta com 48 cursos de graduação e mais de 23.000 estudantes. Como ainda surgiram na década de 90 universidades privadas que constituem em oito centros universitários privados, aumentando a atuação da cidade no campo educacional e cultural, atraindo cerca de 7.000 estudantes, totalizando junto a UEM 30.000 estudantes o que faz movimentar setores imobiliários e de serviços. É importante indicar que da década de 90 aos dias de hoje, o comércio foi ampliado com o crescimento de serviços, indústrias de roupas e eventos turísticos (SEDUH, 2001).

Quanto ao desenvolvimento econômico, Maringá, aliada à cidade de Londrina, compõe o segundo maior setor industrial do Estado do Paraná, superado apenas pelo eixo Curitiba – Ponta Grossa. Entretanto, Maringá² polariza, independentemente uma área de aproximadamente 7.596km² com uma população em torno de 565.538 habitantes (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1990).

Na área rural, os principais produtos agrícolas são a soja e o trigo, seguidos pela cana-de-açúcar, café, milho, algodão e uva. Na área industrial, destacam-se as indústrias de transformação e têxtil, produtos alimentares e construção civil. No campo terciário, o comércio varejista de veículos, peças e acessórios, máquinas e equipamentos destinados à atividade produtiva, ferragens, elétrico e de construção. No ramo atacadista, os produtos alimentares, bebidas, fumo e produtos agropecuários. Na área de serviços, conta com uma boa rede hoteleira e de restaurantes, escolas, universidades, lazer e sistema viário. No setor de agroindústria, Maringá conta com processamento de carne bovina e aves, com destaque nacional no beneficiamento de couro, estrutura no esmagamento de oleogionosas – soja, algodão, milho, amendoim, mamona, canola, uva, cana-de-açúcar. A cidade conta, ainda, com uma Estação Aduaneira do Interior com 24.000m² de pátio e 10.000m² de área coberta, facilitando o mercado exportador-importador.

Uma rede viária com destaque para a BR 376 ligando Curitiba (425Km) a São Paulo (630Km) e BR 369 que a liga a Foz do Iguaçu e países do Mercosul. Conta, além disso, com rodovias estaduais integradas ao Anel Viário de Integração do Paraná, ligando ao Estado de São Paulo, norte do Brasil, sul de Mato Grosso e Bolívia. Na rede ferroviária, conta com a América Latina Logística, ligando Maringá a Paranaguá e Ourinhos, dando acesso ferroviário a São Paulo e Santos. No aeroviário, dispõe de um moderno aeroporto com pista de 2.100 metros de comprimento – extensivo a 3.000 metros, por 45 metros de largura.

No cenário nacional e internacional, a cidade de Maringá se destaca por alguns produtos na área da automecânica que atende o mercado nacional e da América Latina com produtos como rodas de caminhão trucks, bronzinas, colheitadeiras, máquinas para beneficiamento, transporte e limpeza de grãos, bombas hidráulicas, parafusos para rodas de trator, reservatórios metálicos. A participação do município de Maringá no Produto Interno Bruto, distribui-se assim: na agropecuária, 0,97%; na indústria, 22,29% e no serviço, 76,74%. A cidade possui um PIB de US\$ 1.042.827.354,58%, e um PIB *per capita* de US\$ 4.146,61%. O município conta, ainda, com 1.240 indústrias, 4.121 comércios varejistas, 677 comércios atacadistas e 870 de serviços, com uma população economicamente ativa de 139.288 habitantes.

A cidade de Maringá conta com uma densidade demográfica acima de 60 hab/Km², com expectativa de vida de 72,2 anos, com uma população idosa acima de 60 anos no percentual de 8,55%. Desses, 50% dependem de terceiros para sobreviver. A renda municipal *per capita* é de C\$ 465,37 (IAPARDES, 2003)³.

Ao mesmo tempo em que esta cidade, apresenta índices econômicos satisfatórios, atualmente, 50% da população de Maringá encontram-se com idade inferior a 24 anos; destas 69.176 têm idade até 18 anos. De acordo com Ferreira (2001, p.87), 2.754, ou seja, 1,91%, dessas crianças e adolescentes sofrem algum tipo de exploração, seja no campo ou no trabalho urbano, esmolando ou prostituindo-se. O município conta com entidades não-governamentais, o Conselho Tutelar, a Promotoria Pública e um abrigo provisório mantido pela Prefeitura Municipal.

3 - A Representação Social da “Cidade Ecológica”

Verifica-se que a representação social manifesta uma relação cotidiana entre o sujeito e o objeto, gênese da percepção que o indivíduo tem de seu entorno, a partir dos símbolos elegidos pelo indivíduo e/ou coletividade. No caso em análise, as árvores são o símbolo da representação social da “cidade ecológica”, da “cidade verde”.

2 Os dados aqui apresentados são fontes do site <<http://www.paranacidade.org.com.br>>. Acesso em: 17 maio 2004.

3 Disponível em: <<http://www.iapardes.gov.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2004.

Paula (1998, p.3), estudando esse o ideário de “cidade verde”, descreveu que: *“na cidade de Maringá há um discurso de harmonia entre o homem e a natureza”*. Para a autora, este é um discurso político que foi construído com finalidade econômica, ou seja, para dar um significado de “paraíso turístico”⁴ e transformar a cidade em um atrativo na reprodução do capital. A autora afirma que a imagem de Maringá é “vendida” como uma cidade de oportunidade, de comércio, de investimentos, de qualidade de vida, fato já observado nos panfletos distribuído pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná – CMNP, na época de sua fundação, e que perdura até hoje. Em outras palavras, a imagem discursiva de uma cidade moderna, dinâmica, arrojada, que harmoniza o desenvolvimento com a preservação da natureza é uma prática que nasce com a cidade e se perpetua ao longo de sua existência de cidade.

Essa preleção, como se afirmou, é ainda muito comum nos documentos e publicações na imprensa local e até nacional. Registram-se dois desses momentos onde Maringá é destaque na imprensa Nacional: *“Norte do Paraná a Nova explosão do Progresso [...], um exemplo de convivência entre desenvolvimento e ecologia [...] Maringá é a cidade que apresenta a segunda renda per capita do país”*.⁵

*A vinculação da expressão ‘Maringá sempre ecológica’ à beleza e nível sócio econômico elevado, pode ser observada no artigo da revista Veja, número 20, 1999, no qual Maringá é denominada a ‘Dallas brasileira’. Esse tipo de imagem propagada na mídia, tem transformado a cidade ecológica num instrumento de legitimação da idéia de boa qualidade de vida.*⁶

Tal imagem é repetida nos órgãos públicos como se pode verificar em uma publicação da Prefeitura Municipal de Maringá.⁷

O vertiginoso progresso de Maringá acontece harmoniosamente sem perder suas características de cidade projetada, onde a consciência pela preservação da natureza se impõe como se pode notar pela sua farta arborização que proporciona um festival de cores todos os meses do ano. Nesta cidade moderna e arrojada extensas áreas verdes convivem em perfeita harmonia como o conforto e o planejamento racional que proporcionam qualidade de vida acima da média.

Trata-se, pois, de passar uma imagem de convencimento, positiva e atraente a investidores, de uma imagem de cidade sem problemas. É com esses discursos que vão se criando na cidade a representação social de uma cidade livre das mazelas sócio-ambientais.

De fato, a cidade de Maringá é arborizada e, nesse sentido, destaca-se de outras cidades do país. É essa arborização que propiciou e ainda propicia o discurso de seus habitantes como também daqueles que a visitam. Outro aspecto da “cidade verde” que também beneficia a imagem da preservação ambiental, são os vastos campos agrícolas de soja, milho, trigo, uma paisagem verde, no entorno da cidade. Muito embora suas árvores⁸ sejam o símbolo da preservação do meio ambiente para seus habitantes, como se verá adiante, estas não garantem a preservação ambiental no sítio urbano.

Uma pequena amostragem, mas significativa, de como a imagem da “cidade verde”, “cidade ecológica” influência a representação social dos habitantes sobre Maringá pode ser observada em pesquisa feita por Klouranis e Teixeira (2001). Nesta pesquisa, as autoras partiram de três perguntas sobre a identificação e conhecimento dos problemas ambientais em Maringá para um grupo de 98 estudantes do período matutino e concluintes do ensino médio e 15 professores de diferentes áreas do conhecimento. Dos alunos

4 Desde 1999, Maringá é considerada uma cidade turística, com selo aprovado pela Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, pelo fato de ser uma das cidades mais arborizadas do Brasil.

5 Revista Manchete – Suplemento da Edição da Independência, 1822-1972, s/n, p.6-17, set. 1972.

6 *“Maringá, cidade ecológica”* (1997, p.3 apud KLOURANIS, Neide M.; TEXEIRA, Rosângela O. Maringá: Cidade Ecológica Revista Teia, Maringá: UEM, ano 1, n.1, jan./jul. 2001. Disponível em: <<http://www.uem.br/~pea/teia>>. Acesso em: 17 mar. 2005).

7 Klouranis (2001).

8 Em 1983, sob a gestão do prefeito Said Ferreira foi organizado pela a Secretaria de Cultura e Turismo, a abertura de um concurso para eleger uma frase que definisse um slogan para a cidade, em campanha amplamente realizada pelos canais de comunicação e pelas escolas públicas e privadas, a frase vencedora foi *“Maringá: o coração verde do Brasil”* e a árvore passa a ser símbolo da cidade. Oferecendo assim a coletividade um ideário de natureza.

inquiridos sobre a identificação de problemas ambientais na cidade, 69,2% apontaram o lixo em terrenos baldios, 48,7% afirmaram “*é difícil identificar problemas em Maringá, considerando que é uma cidade bem planejada e bem arborizada*”, e 42,7% não identificaram nenhum problema ambiental em Maringá. Interrogados se consideram Maringá uma “cidade ecológica”, 94% afirmaram que sim, associando a isto a justificativa de a cidade ter muita área verde. Quanto aos professores, 47% não identificam problemas ambientais na cidade, entretanto “*A arborização da cidade de Maringá é expressa pela quase totalidade dos professores entrevistados, sempre ligada à idéia de bem estar*”.

Analisando *grosso modo*, esta amostragem, pode-se verificar que os problemas ambientais para os alunos são aqueles mais próximos ao seu cotidiano, talvez por passarem ou conviverem próximos a terrenos desocupados e com algum tipo de lixo. No que se refere à visão da “cidade ecológica”, fica clara a forte presença que têm as árvores no cotidiano de seus cidadãos. Nos resultados obtidos nas respostas dos professores, um percentual significativo não percebe os problemas ambientais da cidade e, em sua grande maioria, coadunam com o valor simbólico das árvores como associado à preservação. Dessa pequena enquete, e mantida as suas devidas proporções, ela desvenda como a presença das árvores apadrinha a representação social de uma cidade “ecologicamente correta”.

4 - A QUANTIFICAÇÃO ARBÓREA COMO ELEMENTO PARA REPRESENTAÇÃO SOCIAL E DO CITY MARKETING DA “CIDADE VERDE”

Segundo dados de Milano (1988), Maringá tinha, na década de 80, século XX, 62.818 árvores distribuídas em suas ruas, 80 praças e 05 parques, originárias de 75 espécies, sendo que as dez espécies mais plantadas representam 96,3% da arborização e a primeira espécie mais plantada *Ceasalpinia peltophoroides* – Sibipiruna – totaliza 49,8% do plantio.

De acordo com informações obtidas junto a dados mais recentes da Secretária Municipal do Meio Ambiente – SEMA (1999), existiam 80 espécies e 77.273 árvores⁹. Segundo dados de uma pesquisa recém divulgada feita pelo Centro Universitário de Maringá – CESUMAR (2006), foram catalogadas 93.261 árvores¹⁰. No entanto, esses dados mostram que, mesmo com uma área arborizada de 3.877.745m², a área não chega a representar a diversificação nem a quantidade de árvores anteriormente presente na Mata Atlântica na região de Maringá, entretanto corrobora a representação da “cidade verde”.

Dessa forma, é compreensível a aceitação do discurso oficial do poder público sobre sua arborização e que passa a ser, inclusive, reproduzido pela população. O *slogan* de “cidade ecológica”, “cidade verde” traduzem a representação social da harmonia sócio-ambiental em seu espaço urbano na medida em que esta é favorecida pela estrutura espacial da cidade, que apresenta amplas ruas e avenidas, ornadas por árvores frondosas e conta com três principais reservas florestais urbanas da região norte do Paraná: o Parque do Ingá, o Bosque II e o Horto Florestal e que também favorece o *city marketing*.

Esta característica urbanística com destaque para o verde, põe a cidade de Maringá, em um primeiro contato, como uma cidade sem problemas ambientais tão comuns nas cidades brasileiras e que chega a contagiar quem não é morador da cidade. Assim, é freqüente ouvir dos visitantes frases como essas: “A cidade é muito verde”, é “Uma cidade limpa”, “Aqui tem muita árvore”, o que reforça, mais uma vez, a representação social da “cidade verde”.

Esta representação social de harmonia ambiental na cidade de Maringá faz sugerir uma análise no viés apontado por Medeiros e Bellini (2001, p.69) em seu debate sobre Educação Ambiental: “*a idéia de que a natureza existe à serviço do homem está presente em todas as nossas ações, porém pouco falamos sobre esse assunto*”.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as árvores sempre estiveram e estão no sítio urbano de Maringá para proporcionar acalanto e utilidade a seus moradores, seja no período da destruição da Mata na qual a

9 Não foi possível encontrar dados oficiais concretos durante a pesquisa que registre o atual inventário de árvores na cidade de Maringá, a Prefeitura Municipal de Maringá não dispõe de dados reais, o valor acima descrito pela PMM é um dado desatualizado.

10 O fato de apresentar-se três dados sobre o inventário arbóreo da cidade de Maringá, se justifica na medida em que não existe um estudo que retrate a realidade da arborização, a Prefeitura Municipal de Maringá não tem esse dado real, trabalha com um inventário arbóreo desatualizado. Registrou-se este último dado, divulgado no Jornal O Diário do Norte do Paraná em 03.03.06, por se acreditar na seriedade da pesquisa e por acreditar que este dado é o que mais reflete a realidade da arborização.

utilidade estava na sua derrubada e no uso da madeira – em Maringá as primeiras construções eram quase todas de madeira e que ainda hoje se encontram alguma espelhadas pela cidade – seja nos dias atuais, onde ela é responsável por proporcionar elementos ambientais positivos para o micro-clima da cidade, como já se mencionou anteriormente.

A concepção idealizada de uma harmonia entre a natureza e o homem no sítio urbano de Maringá, respaldada por sua arborização, igualmente reporta a Italo Calvino (1990), em seu livro *As Cidades Invisíveis* no qual a cidade se apresenta em sua paisagem urbanística e nos emaranhados de sua estrutura, com a revelação de imagens construídas por seus moradores: são seus sonhos, suas expectativas, esperança, memórias, história, ou seja, sentimentos humanos que revelam como a sociedade constrói em seu imaginário individual e coletivo a sua cidade.

Percebe-se a paisagem urbana como o resultado da interação entre o espaço construído e a natureza num processo temporal e espacial, representando a ação e visão social de um determinado núcleo humano, historicamente situado, o que faz com que a percepção do tempo, do espaço e da natureza se modifique como em um processo em espiral, acompanhando as modificações da sociedade. Ou seja, é o procedimento do homem em intervir na organização e ocupação do espaço que o circunda, expressando assim seu modo contemporâneo de viver.

Isto também faz com que os elementos e as formas que compõe a paisagem urbana estejam ligados a valores sócios culturais, econômicos, produtivos, políticos, ambientais, estéticos. E esses valores mudam conforme os padrões vigentes em cada sociedade.

Porém, este processo metamorfoseado está intimamente integrado à estrutura física natural de cada região ou lugar, significando que a natureza e os processos sociais interagem na construção da paisagem urbana. Por exemplo, pode-se perceber, nas cidades, que as estruturas de transporte, produção, consumo, habitação, lazer, e outros estão ligadas às condições climáticas, hidrográficas, topográficas, biológicas e outras, fazendo com que as cidades tenham suas peculiaridades.

Desta forma, é possível afirmar que a paisagem urbana de Maringá, socialmente construída por seus cidadãos, é uma paisagem gerada pela ação humana dentro das condições propiciadas pela natureza e pelos valores funcionais e estéticos da sociedade maringaense. Isto fica claro quando temos em Maringá um projeto urbanístico de cidade-jardim, planejada, levando em conta dois critérios essenciais: a topografia do relevo e de sua bacia hidrográfica. O que resultou *a priori* em critérios de uma cidade desenhada conforme padrões estéticos de seus idealizadores.

Na composição da paisagem urbana de Maringá foram mantidas três grandes áreas verdes. Duas delas são símbolos dessa “reconstrução natural”: o Parque do Ingá e o Bosque II, apesar dos sucessivos incêndios sofridos e das ações depredadoras. Estas duas áreas foram planejadas para serem dois pulmões verdes da cidade e preservadas pela CMNP desde do processo de colonização. Entretanto, só passaram oficialmente a existir como parques em 1971 e 1982, respectivamente. Hoje, o Parque do Ingá, com seus 47,3 ha, é uma das áreas de recreação mais importante da região noroeste do Estado do Paraná.

Esses dois parques, aliados às áreas verdes, num total de oito áreas de preservação permanente, refletem o que Diegues (1996, p.157) define como “*Ilhas de preservação*”. Segundo o autor, essas “*ilhas têm como objetivo servirem de espaços verdes onde o homem se reencontra com a natureza “[...] refletem de forma emblemática um tipo de relação homem/natureza*”.

5 – A Verticalização da Cidade de Maringá

A paisagem de Maringá começou a se modificar e ter os contornos que apresenta atualmente a partir da década de 60, quando se iniciou o processo de verticalização. A partir daí, pode-se falar efetivamente do surgimento dos primeiros problemas ambientais, ma medida em que estes se acumulam e se diversificam. Já não é apenas o impacto causado pela derrubada da Mata. Aliam-se aos problemas da cidade a contaminação dos córregos, a ocupação dos fundos de vale, a erosão, a poluição entre outros problemas ambientais, como ainda se avolumam os problemas sociais.

Sabe-se que a urbanização das principais cidades brasileiras tem como particularidade a verticalização e que um olhar menos atento confunde urbanização com verticalização do sítio urbano. Esta é parte do planejamento urbano que objetiva o desenvolvimento da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a

segurança de seus habitantes, a valorização da área, a modernidade, o embelezamento urbano entre outros fatores. Mas, ela também traz problemas sérios à cidade como o adensamento populacional, problemas para o meio ambiente quando há falta de infra-estrutura adequada.

Em Maringá, o processo de verticalização, segundo Mendes (1992), fez-se em três momentos: de 1960-1969, propiciado pelo acúmulo das riquezas provindas da cafeicultura; de 1970-1979, caracterizado como o momento que privilegiou os interesses da classe média e alta; e, finalmente, o período de 1980-1989, em que o processo se consolidou, favorecido pela diversificação da economia e pelo desenvolvimento da agroindústria. Esse processo resultou na complexidade das formas arquitetônicas, na implantação de infra-estruturas, em novas diretrizes no zoneamento urbano, assim como obteve investimento do poder público incentivando a ação dos investidores imobiliários. Importante observar, neste contexto, que, entre 1960 a 1970, surgiram muitas favelas em Maringá, pois havia um excedente de população pobre sem moradia. Os loteamentos como a Vila Valdelina, no quadrante noroeste, o Jardim Aclimação, a leste e a Vila Bosque, próximo a aeroporto, transformaram-se em favelas (MENDES, 1992).

Em termos quantitativos, Mendes (1992) apresenta dados que indicam ascensão da verticalização com a construção de edifícios com mais de quatro andares. De 1960 a 1969, foram 10 edifícios, de 1970 a 1979, foram 39, de 1980 a 1989 são 711 edificações, fechando assim este ciclo.

Segundo dados coletados na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH (2006), da Prefeitura Municipal de Maringá, no período de 1990-1999, Maringá teve 263 edificações acima de quatro andares registradas junto ao órgão. Para o quinquênio 2000-2005, registrou-se 73 edificações. Os números revelam uma forte queda na verticalização da cidade.

Por outro lado, observa-se o crescimento de loteamentos liberados por este mesmo órgão, o SEDHU, que são destinados às construções de residências. No período de 1990 a 1999, foram autorizados pelo SEDHU 96 loteamentos, para o quinquênio 2000-2005, foram aprovados 75 loteamentos, no mesmo padrão (SEDHU, 2006).

Os dados de Mendes (1992) e as informações colhidas na SEDHU (2006) indicam mais dois momentos de transformação na paisagem de Maringá: a) de forte verticalização entre 1960 a 1989; b) de 1990 a 2005, a retomada da horizontalidade, com o aumento dos loteamentos.

Em termos quantitativos, a cidade de Maringá foi acrescida na década de 40 do século passado com 12 loteamentos, na de 50 com 05, na de 60 com 13, na de 70 com 70, na de 80 com 48, e na de 90 com 96 novos loteamentos (SEDUH, 2006)

Acredita-se que a nova tendência de ocupação do solo urbano de Maringá, são os loteamentos destinados à construção de casas. Tratam-se de loteamentos pequenos destinados à classe média, loteamentos maiores e mais distantes destinados a trabalhadores de baixa renda, e os condomínios fechados para as classes mais favorecidas.

Os loteamentos destinados à classe baixa e média apresentam o padrão de lote variando entre 300 e 400 metros quadrados; não têm infra-estrutura coletiva como praças, parques, postos de saúde, escolas. Na avenida principal de acesso às ruas vicinais, em geral é destinada a habitação/comércio, onde se encontram padarias, pequenos mercados. Suas ruas são estreitas, em média, com 10 metros de comprimento e com pouca arborização, e quando as têm, em geral são arbustos.

As habitações se caracterizam, em grande parte por habitações geminadas em um mesmo lote. Os lotes são divididos em dois, construindo-se pequenos sobrados ou casas térreas, em geral, uma destinada à moradia de seu proprietário outra, a aluguel ou a venda. Como consequência, se tem a quase totalidade da ocupação do solo e sua impermeabilização, salvo o recuo obrigatório entre a rua e a habitação.

Alguns loteamentos, localizam-se nas áreas fora do perímetro urbano inicial da cidade de Maringá e destinado, no plano original, às chácaras e sítios que contornavam toda a área urbana no projeto de cidade-jardim de ter em seu entorno urbano áreas voltadas para o plantio agrícola.

Esse tipo de modelo, por sua vez, evidencia a falta de visão acerca do desenvolvimento para a cidade; por outro lado; constituiu-se em uma barreira no crescimento da área urbana, que foi avançando para essas áreas, obrigando-as a desaparecerem com a sua incorporação ao núcleo urbano

Este novo processo, na estrutura urbana, de ocupação do solo urbano, vai formando uma nova paisagem

na cidade, a dos bairros compactados, sem áreas de uso coletivo: como praças, e sem a frondosa arborização, marca registrada da cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O diferencial na cidade de Maringá, desde seu principiar, foi o seu projeto arquitetônico. O plano urbanístico original da cidade de Maringá seguiu a tipologia das cidades-jardins, cuja característica estava no traçado orgânico do espaço físico que desenhava o sítio urbano mantendo-o adequado à topografia, à rede hidrográfica e ao clima. No projeto original de Maringá, seu zoneamento obedecia a critério no uso do solo e níveis de habitação. A cidade foi dividida em zonas de comércio, indústria, armazéns, habitações de vários padrões, zonas de serviços e zona administrativa, áreas de lazer e parques. O sistema viário priorizava tirar o máximo proveito das curvas de nível. Neste contexto, percebe-se que a cidade de Maringá passa por uma encruzilhada no que se refere à sua paisagem urbana. É notório que a cidade deixou a verticalização como elemento predominante. Sua realidade atual aponta para a crescente horizontalidade de sua paisagem. Mas, esta, igualmente, tem traçado novas configurações depreciativas para o meio ambiente urbano: a formação dos espaços vazios; a descaracterização de seu projeto original; ocupação dos fundos de vale; a perda da arborização; impermeabilização acentuada do solo; entre outros fatores.

A cidade de Maringá nasceu e se desenvolveu como o “Eldorado” cujo espaço urbano é representado socialmente como espaço-ecológico. Esse nome tão prestigiado se mantém na cidade e fora dela graças ao número de árvores ainda presentes nas zonas centrais e de alguns bairros. De fato, a cidade chama a atenção quando, em ruas largas, observa-se a presença de muitas árvores com flores. No alto verão, essas árvores cumprem um papel importante para as zonas centrais e os bairros que são arborizados, o de uma sobra refrescante.

Percebe-se que, ao lado dessa estética atrativa, a cidade apresenta os mesmos problemas de todas as cidades brasileiras: os interesses dos setores privados em terras protegidas por leis ambientais, a falta de plano de manejo para a manutenção da rede de árvores na cidade, a poluição e erosão das redes dos mananciais de água da cidade, os esgotos que vão sem tratamento aos córregos locais, a transformação da periferia cujos bairros não mantiveram as ruas largas, nem o traçado do projeto inicial. Na área social, o desemprego e sub-empregos, as moradias insalubres, a violência crescente, a mendicância, a pobreza, a corrupção e favorecimento no setor público, e a ganância de investidores são indicadores que permitem igualar Maringá ao contexto das cidades brasileiras.

No processo de urbanização das cidades brasileiras, uma particularidade é sempre clara: a verticalização sempre se constrói como ideal de desenvolvimento da cidade, da melhoria da qualidade de vida e da segurança de seus habitantes.

A verticalização traz, em si, a idéia de modernidade, de embelezamento do espaço urbano e de valorização da área, numa espécie de representação hegemônica entre os cidadãos. Os problemas sérios da verticalização são de adensamento populacional, a divisão das cidades em espaços ricos e favelas e destruição do meio ambiente pela falta de infra-estrutura adequada. A representação de modernidade inclui, portanto, um o modo social de as pessoas se sentirem incluídas nesse projeto do país.

Em Maringá, devido à sua história de cidade-jardim, não se esperava que o processo de verticalização realizado no período de 1980-1989 fosse tão intenso. Com a diversificação da economia em agroindústria, comércio e bancos, a cidade se descaracteriza diante dos interesses dos investidores imobiliários e a disposição do poder público em atender esses interesses. Em termos quantitativos, como já foi apontado, houve uma forte verticalização da cidade, o que não era preconizado no traçado original.

Não há mais vestígios das ruas largas nos loteamentos desde 1990. Esses loteamentos – bem distantes do centro – são reservados aos proprietários de camadas economicamente mais baixas e há uma tendência gritante em termos de aumento da densidade populacional, além da manutenção dos desempregados fora do circuito social da cidade.

As casas aí construídas são as chamadas residências geminadas, com calçadas sem árvores. Não há nestes locais parques, praças ou locais de recreação para a população, sobretudo, pela não presença de lugares para os jovens. As populações desses locais ficam segregadas pela distância ao centro da cidade, pela ausência de infra-estruturas (esgoto, telefone, escola, arborização), são distantes das áreas de lazer – o Parque do Ingá e a Praça João Paulo II ao entorno da Catedral Nossa Senhora da Glória, áreas

comumente utilizadas no lazer de fim de semana pela população.

À medida que se chega aos novos bairros, a cidade-jardim perde suas árvores, suas ruas, seus jardins. Visualiza-se erosão, lixo em loteamentos próximos dos fundos de vale, problemas de transporte, comunicação, ausência de espaços coletivos de lazer, serviços de saúde, educação, segurança, entre outros. A segregação social e a desvalorização das áreas urbanas estão juntas nestes locais.

Quanto aos bairros novos, ações do poder público não existem, principalmente em relação aos mais periféricos, na divisa do município como o Jardim Bertiooga, divisa com Sarandi, onde não existe rede de esgoto, calçamento, drenagem de águas pluviais, serviços de saúde, segurança, e essa realidade se estende a outros bairros similares.

Nos bairros mais antigos e mais populares de Maringá, como o Jardim Alvorada, Vila Operária, Vila Esperança, zona 4, ocorrem dois fenômenos: um ambiental, ligado à impermeabilização do solo e outro social, que é a expulsão dos moradores para bairros mais distantes. Estes bairros mais antigos (da década de 60-70), estão sendo transformados pelo setor imobiliário em bairros de classe média. Os terrenos com casas de madeira, de cerca de 500 a 700 metros quadrados, são vendidos e no local constroem-se dois sobrados, permeabilizando-se toda a área.

Assim, o traçado da cidade-jardim que já era um traçado arquitetônico segregador, deu lugar a uma paisagem urbana mais segregadora ainda. Nas zonas centrais, que estão dentro da cidade-jardim, tem-se os bairros mais nobres que são atendidos pelo poder público em termos de saneamento, luz, água, arborização etc.

Nos bairros que nasceram na década de 80 e 90 para atender populações trabalhadoras, tem-se prédios de apartamentos de 55 metros quadrados ou menos – Condomínio Residencial Ana Terra – ou casas populares em terrenos de 250 metros quadrados – Conjunto Branca Vieira, Conjunto Cidade Alta. Podemos dizer que a cidade-jardim tornou-se um canteiro de obras com residências de baixo custo e baixo padrão habitacional.

Assim, os bairros e loteamentos pós 80 e, mais ainda 90, contém todos os tipos de mazelas como qualquer outra cidade brasileira. Segundo Dubiela (2003), o que não permitiu a total segregação de classes foram os bairros de classe média que ficaram entre as fortalezas dos mais abastados e pequenas casas dos populares. Ou seja, entre duas zonas tão distintas há as “franjas” com outros segmentos sociais que disfarçam a separação de classes.

Pode-se afirmar que, nestes 58 anos de cidade, as paisagens construídas em Maringá representaram sempre o símbolo de suas classes. Na última década, a cidade apresenta problemas que são os mais dramáticos para uma cidade: os impactos nos fundos de vale que acarretarão, no futuro, o encarecimento da água, pois muitos lençóis freáticos e muitos córregos estão desaparecendo. Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapó (2002), bacia que abastece a cidade tem-se um quadro drástico, pois foi considerada uma das mais poluídas do Estado do Paraná. Até agora as ações de proteção e descontaminação desta bacia ainda não saíram do papel.

Assim, a análise da complexidade da paisagem urbana de Maringá deve levar em consideração os impactos sócio-ambientais protagonizados pelos interesses políticos da Nação no Programa Rumo ao Oeste, levado a cabo pelo Governo de Getúlio Vargas, pelos interesses da companhia colonizadora a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e pelos interesses de seus pioneiros.

O levantamento e análise dos documentos da implantação da cidade de Maringá e da observação *in locus* de seu sítio urbano, permite a afirmação de que os problemas sócio-ambientais presentes na cidade de Maringá não são fenômenos recentes. Acompanhou e segue a trajetória desta cidade, desde o momento em que a Companhia autorizou a derrubada da primeira árvore, bem como a segregação e os problemas sociais que surgiram após a implantação da cidade. Na verdade, o atual sítio urbano de Maringá foi um local de extração de riquezas naturais e depredação dos ecossistemas tal como acontece ainda hoje.

Assim, pode-se tomar a paisagem natural como reconstruída – não com as espécies nativas como se viu, pois essa não era atrativa para reproduzir a imagem da cidade que a Companhia queria passar aos investidores – com espécies introduzidas e exóticas, o que permite hoje ser considerada “cidade verde”, “cidade ecológica”.

Quanto à sua paisagem arquitetônica, também se demonstrou que esta foi concebida em um traçado de ruas e avenidas amplas. Reconstruída, nas décadas de 70 a 90, passa de uma cidade horizontal para uma cidade verticalizada e “moderna”, símbolo de desenvolvimento e progresso.

A intercessão entre esses dois processos, o natural e o arquitetônico, construiu-se em uma representação social simbólica de paisagem urbana. Parafraseando o discurso oficial, Maringá consegue harmonizar o crescimento e desenvolvimento com a preservação ambiental.

A sustentabilidade desta representação social harmônica se esvai em rupturas, em face de sua crua realidade: a dos problemas sócio-ambientais aqui descritos. Em síntese, a paisagem urbana da cidade de Maringá é, hoje, similar à de qualquer outra paisagem urbana, construída historicamente sob o jugo das ações e intervenções de seus cidadãos. E, neste sentido, portadora dos impactos ao meio ambiente natural e construído.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVINO, I. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CESUMAR – Centro Universitário de Maringá, 2006

CMNP. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramento Norte de Paraná. São Paulo: [s.e.], 1975.

DIEGUES, A. C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DUBIELA, V. T. *Qual o nosso “Destino” Tropical?* Políticas Públicas para os Fundos de Vales de Maringá-PR. 1947-2003. Maringá, 2003. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

EMBRAPA/IAPAR. FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. IAPAR/EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Levantamento de Reconhecimento dos Solos do estado do Paraná. Londrina: SUDESUL/, 1984. v.1 e 2.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro:, 2000.

KLOURANIS, N. M.; TEIXEIRA, R. O. Maringá – “Cidade Ecológica”. *Revista Teia*, ano 1, n.1, jan./jul. 2001. Disponível em: <<http://www.pea.uem.br/teia/>>. Acesso em: 15 dez. 2005. *online*.

MAACK, R. *Geografia Física do Estado do Paraná*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Curitiba: Editora SCE, 1981.

MEDEIROS, M. G. L.; BELLINI, L. M. *Educação Ambiental como Educação Científica: desafios para compreender ambientes sob impactos*. Londrina: EDUEL, 2001.

MENDES, C. M. *O Edifício no Jardim: um plano destruído. A verticalização de Maringá*. São Paulo, 1992. 364f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP.

MILANO, M. S. *Avaliação Quali-Quantitativa de Arborização Urbana: exemplo de Maringá-PR*. Curitiba, 1988. 120f. Tese (Doutorado Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná.

PAULA, Z. C. *Maringá o Coração Verde do Brasil?* Assis, 1998. 212f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP.

PMM – Prefeitura Municipal de Maringá – **SEDUH** – Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, 2001; 2006.

REGO, R. L. et al. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. *Revista Acta Scientiarum*, Maringá: EDUEM, v.26, n.2, p.141-150, jul./dez. 2004.

REGO, R. L. O Desenho Urbano de Maringá e a Idéia de Cidade-Jardim. *Revista Acta Scientiarum*, Maringá: EDUEM, v.23, n.6, p.1569-1577, 2001.